

## TURISMO COMUNITÁRIO E O PATRIMONIO HISTÓRICO CULTURAL: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Talita Cristina Zechner <sup>1</sup> – [talita.zechner@gmail.com](mailto:talita.zechner@gmail.com)

Rachel Aparecida de Oliveira Rueckert <sup>2</sup> – [racheloliveira@terra.com.br](mailto:racheloliveira@terra.com.br)

### RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões a respeito das interfaces do turismo comunitário e patrimônio histórico cultural, destacando algumas perspectivas para o desenvolvimento regional. Enfatiza, ainda, algumas discussões que envolveram e envolvem políticas de preservação dos patrimônios históricos culturais, demonstrando que há conexões com um tipo de turismo, denominado de turismo comunitário e que, ambos, podem contribuir para o desenvolvimento de algumas regiões. O patrimônio histórico cultural é formado por um conjunto de elementos e símbolos representativos e específicos de determinada nação, compondo, muitas vezes, a oferta turística local. A atividade turística, por sua vez, apresenta estreita relação com a cultura, mesmo quando conhecer a história e a cultura de um povo não é a motivação principal da viagem. O objetivo deste trabalho foi discutir sobre as temáticas: turismo comunitário e patrimônio histórico cultural considerando as perspectivas de desenvolvimento regional. Para tanto se adotou a metodologia da pesquisa bibliográfica. As reflexões finais apontaram como resultado as possibilidades que o turismo tem em contribuir para a conservação do patrimônio histórico cultural por intermédio de antigas modalidades de viagem, e de novas, como é o caso do turismo comunitário, fomentando em muitos casos, o desenvolvimento regional.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Regional. Patrimônio Histórico Cultural. Turismo. Turismo Comunitário.

---

<sup>1</sup> Turismóloga e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau - FURB

<sup>2</sup> Economista, professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

## 1. INTRODUÇÃO

A humanidade, ao longo dos tempos, criou as mais variadas formas de se viver. Diferentes modelos de desenvolvimento foram adotados pelas sociedades em torno do globo. Foram as escolhas feitas gradativamente juntamente com as condições existentes *a priori* que passaram a caracterizar e a delinear os grupos sociais. Com base nos distintos modos de vida, incluindo aí os meios de produção empregados, as tecnologias adotadas, a educação, o uso do tempo, a gastronomia, a relação com a natureza e muitas outras características; é que foram se formando as variadas culturas, bem como as diferentes formas de desenvolvimento.

A atividade turística é um dos setores que tem, em diversas regiões, se destacado no atendimento das necessidades de desenvolvimento de algumas regiões. O Turismo envolve tanto os aspectos socioeconômicos como o natural e o cultural. Para que ocorra o desenvolvimento em dadas regiões torna-se necessário a priorização de alguns indicativos tais como saúde, educação, moradia, lazer, emprego e renda. Tais fatores implicam diretamente no processo de mudança do próprio indivíduo, uma vez que o mesmo necessita desenvolver algumas habilidades para atuar em grupo, tornando-se ator principal num processo de mudança de sua comunidade.

Neste trabalho dar-se-á enfoque a um tipo de turismo que vem se desenvolvendo em diversas regiões, o turismo comunitário. Esta tipologia possui como principal característica o desenvolvimento pelos próprios moradores locais que passam a articular e construir o direcionamento da atividade. Assim, tem uma ligação muito direta entre sociedade, cultura e natureza. A renda e o lucro permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida. Todos fazem parte direta ou indiretamente do processo. Assim, cooperam e organizam estratégias do desenvolvimento da atividade visando o bem social.

Para este tipo de atividade a história e os aspectos culturais possuem valor considerável. Ao se falar de cultura é importante destacar que o desenvolvimento cultural do ser humano está fortemente relacionado ao seu processo evolutivo, que lhe permitiu conquistas, cada vez mais aperfeiçoadas. Hoebel e Frost (1991) enfatizam que para compreender a cultura humana é necessário conhecer as fases pelas quais a humanidade se transformou, do antropóide dominado pelo instinto ao ser humano adaptável culturalmente. Desde o tempo das origens primitivas da cultura, todo desenvolvimento humano foi biológico e cultural. Assim, nenhuma

tentativa de estudar a humanidade pode ignorar este fato. A história da humanidade se fez através da transmissão de suas habilidades e conhecimentos para as próximas gerações, sendo, portanto, dependentes das manifestações culturais.

Estas manifestações culturais se deram e continuam a ocorrer na contemporaneidade, em atmosferas diversificadas abrangendo fenômenos eruditos e populares. Diante disso, muito já se discutiu sobre o que seria de fato a cultura de um povo e quais os elementos e símbolos deveriam ou não ser considerados manifestações culturais.

No âmbito desta problematização, procurou-se responder aos seguintes questionamentos: Qual a compreensão dos termos turismo comunitário e patrimônio histórico cultural? Qual a relação destes para o desenvolvimento regional? Assim, definiu-se como objetivo a ser alcançado discutir as temáticas: turismo comunitário e patrimônio histórico cultural considerando as perspectivas de desenvolvimento regional.

Visando o adequado encaminhamento deste estudo, optou-se por uma pesquisa de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 1999). Conforme apresenta Manzo (1971), esta metodologia de pesquisa oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos como também permite explorar novas áreas nas quais os problemas não se cristalizaram suficientemente. Ao caracterizar este tipo de pesquisa, Marconi e Lakatos (2007) destacam que a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição de estudos já realizados sobre determinado assunto, mas propicia a análise de um tema sob novo enfoque ou abordagem.

A primeira seção deste artigo apresenta uma discussão sobre as diferentes concepções do termo desenvolvimento e respectivos autores, um breve contexto histórico e sua relação com a sustentabilidade que de forma geral, será um indicador utilizado para apontar quais traços e objetos culturais deverão ser conservados e serão relevantes para representar a identidade de um povo. A segunda seção aborda sobre o conceito de Patrimônio Histórico e Cultural enfocando a constituição federal de 1988, bem como a composição do patrimônio histórico cultural de uma região. Em seguida é discutida a relação da atividade turística com o patrimônio histórico cultural destacando os aspectos positivos, porém alertando para os riscos e prejuízos quando não há um planejamento adequado. Na última seção discute-se

sobre o turismo comunitário, correlacionando-o com o patrimônio histórico cultural e o desenvolvimento regional, para ao findar, apontar um novo tipo de viagem turística que coadune com as discussões no tocante as conceituações propostas.

## **2. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Inicialmente, é importante esclarecer que, embora os termos crescimento e desenvolvimento predominantemente apareçam juntos, ou muitas vezes, como sinônimos, as diferenças são relevantes. O questionamento acerca da adequação do uso do termo desenvolvimento no sentido de crescimento econômico pode ser verificado em Furtado (1974 reeditado 1996) que, ao abordar os problemas ambientais gerados pelo avanço do capitalismo, presume que este se expandiria por si próprio e, desta forma, atingiria o colapso por explorar indiscriminadamente os bens naturais finitos.

Para Furtado (1963), a relação entre a capacidade produtiva e o uso dos recursos naturais esgotáveis é determinante, mesmo que variável. Até a década de 70 a palavra desenvolvimento foi utilizada como sinônimo de crescimento da economia. Andion (2003) destaca que o termo desenvolvimento é interpretado como sinônimo de promoção de crescimento, progresso e aumento de riqueza, caracterizando os estágios econômico, social e político de comunidades com altos índices de rendimento dos fatores de produção. É notório que definições meramente econômicas não são mais suficientes para definir desenvolvimento.

O desenvolvimento deve ter uma conotação que, além do aspecto econômico, abarque as melhorias sociais. Também há de se considerar o caráter ambiental e cultural. Sachs (1993) propõe o desenvolvimento contendo três elementos: social, ecológico e econômico. Corroborando com este entendimento, enfoca-se o conceito de desenvolvimento sustentável, como um processo que permite o desenvolvimento sem maltratar ou esgotar os recursos. Nesta mesma lógica, o desenvolvimento local e regional deve adotar uma concepção de economia plural, na qual se harmonizam pequenos e grandes negócios, formais e informais, em busca de crescimento.

O desenvolvimento e a redução da pobreza no Brasil já vêm sendo alvo de preocupações há algum tempo, levando estudiosos como Singer (1968), Bresser Pereira (2003), Araújo (2000), Rangel (2005), Prado Junior (2000), Sodré (1980,

1996), Furtado (1963, 1964, 2003), bem como lideranças e representações da sociedade global e local a repensar as teorias, políticas e estratégias de desenvolvimento econômico. Um exemplo disso é a participação do Brasil na reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em setembro de 2000, que resultou nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>3</sup>. Desde lá, percebe-se, pelos relatórios publicados, que o Brasil tem avançado neste intento, porém, persistem muitas dificuldades, sobretudo relacionadas ao tamanho e as marcantes diferenças regionais.

A discussão sobre desenvolvimento e o conceito de sustentabilidade está imbricado em um importante tecido político. Já em 1987, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um ‘conceito político’ e um ‘conceito amplo para o progresso econômico e social’ (VEIGA 2006). Neste sentido, o mesmo Veiga acrescenta que a discussão acerca da sustentabilidade impulsionou o processo de institucionalização que insere o meio ambiente na agenda política internacional, estimulando a inserção do assunto em todos os níveis nos Estados nacionais e nos órgãos multilaterais de caráter supranacional.

Assim, conforme alerta Veiga (2006, p. 87) “um dos principais resultados da disputa política pela definição da sustentabilidade foi um claro predomínio da economia na determinação do que devam ser a teoria e a prática do desenvolvimento sustentável”, reflexo típico de uma sociedade na qual há a hegemonia da racionalidade economicista-utilitarista.

Outra observação a ser feita quanto ao tema em exame é que embora a comunidade internacional posicione-se unanimemente favorável à concepção do desenvolvimento sustentável, dificilmente reconhece-se esse suposto compromisso de conservação da biodiversidade e de consideração com as gerações vindouras nas ações e medidas atuais. Esta realidade é demonstrada através dos resultados referentes às determinações de metas das conferências internacionais e das

---

<sup>3</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram adotados pelos governos de 191 países, incluindo o Brasil, como um compromisso para diminuir a desigualdade e melhorar o desenvolvimento humano no mundo. Ele prevê oito grandes objetivos, a serem cumpridos, em sua maioria, até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (IPEA, 2007).

políticas públicas adotadas na maior parte dos países, que usualmente ficam abaixo das recomendações elaboradas (FREY, 2001).

Tais dificuldades mencionadas decorrem, sobretudo, dos distintos interesses que tramitam nesta arena política e pela multidimensionalidade do conceito em questão. Buscando bases para um modelo de análise que permitisse melhor compreender a noção de sustentabilidade, Sachs (1993, p.37) lança um olhar sobre a temática a partir de cinco dimensões distintas, as quais seguem:

a) Sustentabilidade social: objetiva maior equidade na distribuição de bens e renda, reduzindo a diferença entre padrões de vida de ricos e pobres;

b) Sustentabilidade econômica: visa eficiência econômica, avaliada em termos macrossociais, pressupõe alocação e de gerenciamento eficiente de recursos, além de constantes investimentos públicos e privados;

c) Sustentabilidade ecológica: pretende conservar a biodiversidade através de um conjunto de medidas como redução do consumo de recursos não renováveis, diminuição do volume de resíduos e poluição, definição de normas de proteção ambientais, intensificação de pesquisas em novas tecnologias, etc;

d) Sustentabilidade espacial: busca a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas e

e) Sustentabilidade cultural: refere-se às mudanças baseadas na continuidade cultural, de raízes endógenas, de soluções específicas para o local, respeitando os ecossistemas, a cultura e a área.

No bojo destas discussões, chama atenção, a relevância que a cultura adquire para se pensar e repensar os processos de desenvolvimento. Torna-se importante, neste sentido, compreender de que maneira se forma a chamada 'cultura' de um povo, ou melhor, a partir de quais aspectos se configura o entendimento de cultura.

### **3. LIMITES E ALCANCES DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

Ao se pensar em patrimônio histórico, inicialmente, é comum que se remetam as imagens de monumentos históricos antigos e exuberantes, usualmente dotados de importantes atributos arquitetônicos. Na contemporaneidade, observa-se que o

restrito entendimento de vincular patrimônio histórico a monumentos antigos é insuficiente diante da complexidade e amplitude do conceito de patrimônio histórico.

A explicação da razão pela qual se relaciona patrimônio histórico aos monumentos antigos pode ser encontrada na obra de Fonseca (2003). A autora pontua que alguns monumentos são frutos do olhar distante de estrangeiros, que identificaram e, por conseguinte, determinaram que certos objetos fossem qualificados como monumentos. Estas definições costumavam acontecer, com base em uma imagem ideal, baseada naquilo que lhes parecia familiar, isto é, a partir dos moldes europeus. Por isso, ao observar a dinâmica da Praça XV no centro do Rio de Janeiro, em décadas passadas, por exemplo, os historiadores e estrangeiros centravam suas análises nos testemunhos materiais, tais como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Entretanto, os mercadores, escravos domésticos e negros de serviço, costumam não constar nos relatos.

A idéia de que patrimônio histórico e artístico se refere a um agrupamento de monumentos antigos que devem ser preservados por se tratarem de obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de importantes eventos históricos, deriva de uma política de patrimônio conduzida pelo Estado que estimulou e continua e incentivar ações de cuidado para com estes monumentos (FONSECA, 2003). Não há dúvida sobre a relevância de tais esforços realizados pela esfera pública no sentido de proporcionar a conservação de tais espaços, entretanto, o que se pretende é defender a amplitude do termo.

Barreto (2000) explica que a palavra patrimônio tem vários significados, sendo que o mais comum é aquele que significa o conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem. Esta autora evidencia ainda que a noção de patrimônio está relacionada a um território, ao ressaltar que o patrimônio é um conjunto de bens que situam-se dentro de determinados limites de competência administrativa. É possível observar neste ponto, a relevância da questão do território e do poder envolvida na discussão sobre patrimônio. Igualmente importante é o planejamento para o desenvolvimento regional considerando a preservação da herança cultural. É essa herança cultural que vai, muitas vezes, tornar-se o principal atrativo para os turistas.

Na área do turismo, o patrimônio pode ser classificado em duas grandes categorias: natural e cultural. A primeira se refere às riquezas que estão no solo e no subsolo, como é o caso das florestas e jazidas, enquanto a segunda, abrange cada

vez mais um número maior de elementos e fenômenos (BARRETO, 2000). Nesta mesma perspectiva Mendonça (1993, p.48) destaca que:

O homem é a um só tempo obra e artífice do meio que o rodeia, o qual lhe dá sustento material e a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta, chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e tecnologia, o homem adquiriu poder de transformar, de inúmeras maneiras e numa escala sem precedentes, tudo quanto o rodeia. Os dois aspectos do meio ambiente, o natural e o artificial, são essências para o bem estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, incluído o direito a própria vida.

Coriolano (2005) corrobora destacando que o patrimônio não constitui apenas a herança cultural dos povos, as expressões “mortas” de sua cultura, tais como os sítios arqueológicos, os objetos antigos e em desuso, mas, também tudo o que é cultura visível e invisível, material e imaterial, como a língua, o artesanato, a documentação e tudo o que é derivado da indústria cultural.

Outrossim, Fonseca (2003) esclarece que o conceito de patrimônio cultural brasileiro, conforme a constituição federal de 1988 é definido como bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esta definição pretende deixar evidente que todas as manifestações culturais que representem a identidade e a memória de distintos grupos sociais, são passíveis de serem denominadas de patrimônio cultural, independente do seu grau de erudição e sofisticação ou da quantidade de atributos arquitetônicos envolvidos, pois como argumenta Brenner (2005), a cultura é a causa principal da diversidade, sendo que ela se manifesta de diversas formas, incluindo o patrimônio cultural. Este patrimônio traduz especificidades e características singulares de uma localidade e contribui assim, para a consolidação de uma identidade própria, que é oriunda da memória coletiva e pode ser marcada pelas diferenças.

Não há dúvidas que as manifestações artísticas que envolvem obras de arte no espaço, como a pintura, a escultura e arquitetura, bem como outras manifestações artísticas, na qual se inserem o teatro e a música são importantes representações culturais. Entretanto, conforme elucida Barreto (2000):

[...] os seres humanos não produzem apenas obras de arte, produzem ciência, história, vestuário, receitas de cozinha, formas de relacionar-se com os vizinhos, enfim, hábitos e costumes, entre os quais, lamentavelmente, também estão formas de violência e destruição.

O patrimônio histórico cultural de uma nação deve ser protegido por seus cidadãos, os quais têm a obrigação de conhecê-lo, bem como saber como protegê-lo. É fundamental que cada um tenha conhecimento de sua importância e de como protegê-lo, conhecendo os mecanismos administrativos e legais a serem utilizados para este fim. Assim, tomando em conta novamente, a Constituição Federal Brasileira, observa-se que a mesma assegura distintos elementos que fazem parte da memória coletiva e identidade brasileira incluindo as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e religiosas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (FONSECA, 2003).

Nesta mesma lógica, faz-se mister destacar que a concepção da política patrimonial de conservação e administração foi ampliada. Atualmente esta política passou a cuidar não só do que foi produzido no passado, mas, conforme Coriolano (2005, p. 125):

[...] da produção e usos atuais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias, em oposição a uma seletividade que privilegia os bens produzidos pelas classes hegemônicas como pirâmides, palácios, e castelos ligados à nobreza e à aristocracia.

Verifica-se, portanto que o patrimônio não é composto com produtos de determinada classe social, mas o costume e os bens, tanto materiais como os imateriais, de toda e qualquer classe social devem fazer parte do patrimônio de uma nação.

#### **4. A ATIVIDADE TURÍSTICA E SUAS RELAÇÕES COM A CULTURA**

As discussões referentes ao conceito de cultura e patrimônio cultural, manifestaram seus reflexos ao longo do tempo também no setor de viagens. Assim, até algum tempo atrás, havia um entendimento que para conhecer a cultura de um

povo, o turista deveria conhecer os principais museus e obras de arte de uma localidade. Sem pretender desmerecer a relevância deste tipo de visitação, o alargamento dos conceitos de cultura e patrimônio permitiu a ascensão de outras modalidades de visitação turística. Assim, na atualidade crescem cada vez mais o número de roteiros especializados em conhecer novas culturas, nas quais despontam um grande número de museus em novos formatos, como   o caso daqueles que se encontram a céu aberto. Somam-se também os atrativos que oferecem aproxima o com a comunidade residente juntamente com atividades de aventura na natureza, acrescentam-se ainda as apresenta es artísticas culturais que acontecem no interior de bares e restaurantes, além de muitas outras.

Barreto (2000) sustenta que os turistas da atualidade têm em comum o fato de procurarem modos de vida alternativos, autenticidade além de terem apreço pelo contato com as culturas visitadas. Explica ainda que o grupo de pessoas que costumam ter esta motiva o para a viagem, usualmente se enquadram profissionalmente como intelectuais, profissionais liberais e outros trabalhadores independentes. Destarte, esta modalidade de visitantes, procura um contato ótimo com a popula o local, preocupando-se em respeitar o modo de vida dos residentes, sem pretender impor seus gostos, seus valores e seu ritmo de vida e por conta desta motiva o para viajar, adaptam-se facilmente a comunidade local.

  interessante observar, que a atividade turística quando envolve aproxima o com distintos modos de vida permite uma dupla interface com a questão do patrimônio cultural. Considerando o patrimônio cultural como um conjunto de bens, manifesta es e modos de ser e viver que refletem a memória coletiva de determinado grupo, merece aten o   análise do papel do sentimento de identidade.

A identidade de um indivíduo será um aspecto importante para a constru o da memória coletiva de determinado grupo e como explica Oliveira (1998) um dos subsídios fundamentais para a consolida o do sentimento de identidade   o jogo dial tico que ocorre a partir das percep es entre as semelhanças e diferenças de alguém consigo mesmo no curso do tempo ou com demais seres humanos que o cercam no plano grupal. Diz Oliveira (1998) que a identidade surge por oposi o, implicando a afirma o de uma pessoa diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente.

Nestas condições, caminha-se para o entendimento de que sob o ponto de vista da comunidade local, a atividade turística estimula a conservação do patrimônio cultural seja por intermédio de políticas públicas específicas, seja pela entrada de recursos financeiros que contribuem para o fortalecimento do patrimônio quando a atividade turística ocorre de maneira ordenada e sustentável ou ainda devido à valorização e o reconhecimento de seus atributos culturais.

Por outro lado, para os visitantes o contato com modos de vida diferentes do seu, permitem um rico jogo dialético entre diferenças e semelhanças que contribuem para o sentimento de identidade do mesmo. Além disso, o legado cultural através da continuidade com o passado oferece certezas que permitem traçar uma cronologia na qual é possível encaixar o momento presente, ou seja, viabilizam que membros de uma sociedade saibam quem são e de onde vieram (BARRETO, 2000).

## **5. ENTENDENDO O CONCEITO DE TURISMO COMUNITÁRIO**

A viagem turística tem por objetivo a busca do prazer e do gozo, almeja tirar a pessoa do seu cotidiano e propiciar o encontro com o novo, o diferente, o desconhecido. Envolve a satisfação dos diversos prazeres que vão do luxo e consumo, a alguma coisa que possa levá-la a um resgate psíquico, ou seja, que ela tenha um momento de introspecção e reflexão. Usando a expressão do senso comum, o turista busca ser feliz (CORIOLANO, 2005). Dependendo da principal motivação da viagem, por exemplo, contemplação da natureza, aventura, sol e praia, religiosidade entre outras, encontram-se uma tipologia de turismo específica para esta demanda, como é o caso do Turismo de Aventura, Turismo Religioso, Turismo de Aventura e tantos outros.

Neste estudo, serão detalhadas as peculiaridades do Turismo Comunitário sendo que este tipo de turismo representa uma oportunidade para conservar os modos de vida tradicionais, para estimular os cuidados com o meio ambiente e para fomentar o desenvolvimento local. Parte do pressuposto de que antes de ser um destino turístico, as localidades devem fazer sentido para sua população residente (SANTOS e CAMPOS, 2003).

No turismo comunitário, priorizam-se vivências nas quais os visitantes possam interagir com a comunidade local, sendo que a convivência entre anfitrião e convidado passa a ser o principal atrativo do destino. Destaca-se que o turismo

comunitário se desenvolve de maneira integrada às demais atividades econômicas, como a agricultura e o artesanato. Estimula a geração de trabalho para os moradores, para os pequenos empreendimentos locais e almeja a dinamização do capital local. Assegura a participação comunitária mediante o planejamento descentralizado e associativo (CORIOLANO, 2006).

O turismo comunitário apóia-se em dois conceitos chaves. O primeiro é conceito de comunidade e o segundo de convivencialidade. A palavra comunidade etimologicamente se apresenta como algo positivo. Para Weber (2000, p. 25), uma relação social denomina-se relação comunitária “quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. Contudo, nem sempre o fato de determinadas pessoas apresentarem comportamentos comuns ou se encontrarem na mesma situação implica uma relação comunitária.

Somente quando a partir desta realidade, as pessoas começam a orientar em algum grau seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social, e só na medida em que nesta relação se manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo existe uma relação denominada comunitária (WEBER, 2000).

Vale notar a contribuição de Bauman (2003) que diz respeito ao sentido da palavra comunidade. Explica este estudioso que a palavra comunidade é percebida na sociedade de maneira positiva. Para Bauman (2003) a comunidade é um lugar cálido, confortável e aconchegante, isto é, um conceito que emite uma noção de segurança, pois se acredita que fora da comunidade existem perigos. Parece assim, que numa comunidade é possível encontrar a boa vontade de outras pessoas que ali também vivem.

Por sua vez o conceito de convivencialidade é uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando os modos de vida das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros. A relação estabelecida entre visitantes e visitados supera a mera relação de negócio. Possibilita resgatar e reconstruir a interconectividade entre modos de vida distintos, nos quais congregam tipos de conhecimento, formal com tradicional, e culturas, ocidentalizadas com tradicionais (ILLICH, 1976).

Coriolano (2005) explica que turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa e solidária se organizam conjuntamente para promover o turismo, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades

econômicas associadas à exploração do turismo. Ou seja, embora exista um grande número de atores envolvidos no fomento da atividade turística, os residentes são protagonistas e participam dos processos de tomada de decisão. Nestas condições, observa-se que esta modalidade de turismo, não se refere apenas a mais uma tipologia para atender a demanda dos visitantes. O turismo comunitário é uma estratégia de desenvolvimento local, na qual se busca um equacionamento adequado entre demandas dos visitantes e dos visitados.

Para Rodrigues (1997, p. 27), “a insatisfação nascida do quadro de vida urbano é exacerbada, vendendo-se o espaço turístico como o paraíso”. Diante deste quadro, se construiu um mito para o turismo, baseado na imagem de liberdade, realização e poder que pretende superar a desilusão com o mundo do trabalho (CORIOLANO, 2006). É necessário tomar cuidado, pois o turismo sob a perspectiva comunitária não atende a este ideal de perfeição e não o tem como objetivo. Tal característica não desqualifica esta estratégia de turismo, que entende que uma boa experiência é aquela que proporciona um enriquecimento do ser humano. Mesmo existindo a preocupação em bem receber o visitante proporcionando-lhe uma ótima estada, não há nenhuma intenção de envolver-lhe numa redoma de perfeição.

Esta observação apresenta relação com aquele limitado entendimento de patrimônio cultural, apresentado no início deste artigo no qual era considerado patrimônio o que era belo e perfeito, desconsiderando as dinâmicas do cotidiano.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas reflexões apresentadas, pode-se compreender que o patrimônio cultural envolve bens materiais e imateriais, incluindo os modos específicos de criar e fazer (seja criar ou fazer ciência, arte ou tecnologia); as construções referenciais de uma sociedade (igreja, casas, praças, conjuntos urbanos etc.); além de uma série de símbolos dinâmicos e imateriais que representam a história de um povo, como é o caso da linguagem, dos costumes, da literatura, da música e do folclore. Além disso, entendendo que os sistemas naturais e os sistemas culturais não estão dissociados, ao contrário, apresentam-se intimamente integrados, é sabido que as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora também são partes constitutivas do patrimônio de uma nação.

Os instrumentos de ordem legal e as práticas utilizadas para fomentar a preservação do patrimônio cultural, objetivam conservar a memória do que fomos e do que somos, ou seja, a identidade da nação. Trata-se de uma herança, um tipo de riqueza, que as pessoas herdam enquanto cidadãos. Por conta disso, estes deveriam se preocupar em repassá-las para as gerações vindouras.

Pode-se perceber que a atividade turística quando planejada de forma sustentável e responsável serve de estímulo para a conservação do patrimônio histórico cultural. Por outro lado, a experiência de viajar contribui para a constituição da identidade do sujeito, que passa a refletir sobre suas características e modos de agir, a partir da comparação, do olhar sobre o diferente. Aliás, considerando que a identidade se constrói com base nos papéis sociais; seja ele ser pai, ser verdureiro, ser aluno, ser enfermeiro, juntamente com diversos outros elementos, como o pertencimento a grupos políticos e religiosos sem esquecer das relações com o território, o sentimento de “ser filho desta terra” indaga-se sobre como estaria se dando esta construção na contemporaneidade.

Observou-se que a relação entre patrimônio histórico cultural e turismo comunitário, estabelece interfaces com a temática do desenvolvimento regional, sobretudo, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. O estudo das dimensões da sustentabilidade, proposto por Sachs, evidencia a relevância de se considerar os aspectos culturais nos processos de desenvolvimento. No contexto de países subdesenvolvidos, clama-se por estratégias de desenvolvimento capazes de envolver os sujeitos em ações que estimulem de fato o desenvolvimento, assumindo compromissos, firmando sua identidade e reconhecendo as bases históricas culturais implícitas neste processo.

## REFERÊNCIAS

ANDION, C. **Análise de Redes e Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: RAP, set./out. 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan- Fase, 2000.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo)

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003.

BRENNER, Eliane Lopes. Uma contribuição teórica para o turismo cultural. In: **Habitus**: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, v. 3, n. 2, p. 347-360, jul/dez., 2005.

BRESSER PEREIRA. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5.ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas: Ano IV, n.9, julho 2001.

FURTADO, Celso. **A Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GIL, Antonio Carlos Gil. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOEBEL, Adamson, FROST, Everett. **Antropologia cultural e social**. Trad. Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Cultrix, 1991.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS. Coord. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: relatório nacional de acompanhamento. supervisão: Grupo Técnico para acompanhamento dos ODM. – Brasília: Ipea : MP, SPI, 2007.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografias**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e Meio Ambiente**. Editora Contexto: São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Um conceito antropológico de identidade. In: **Identidade etnia e estrutura social**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2000.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antonio Carlos. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. In: CORIOLANO, L. N. M.T; LIMA, L.C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional (USP), 1968

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil**: radiografia de um modelo. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente).

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.